

GERAÇÃO

Nem chuva deve reduzir déficit

Melhora no consumo também é essencial para retomada da capacidade das usinas

São Paulo - As hidrelétricas brasileiras não dependem só de uma melhora no regime de chuvas para deixar de produzir abaixo de sua capacidade, o que acontece desde 2014 devido à falta de água nos reservatórios, mas também de uma virada no cenário de consumo de eletricidade, com uma recuperação da demanda, disse ontem o presidente do Conselho de Administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Rui Altieri.

A projeção da CCEE atualmente é que as usinas hídricas devem fechar 2017 com geração equivalente a apenas 81,3% de suas garantias físicas, que é o montante de eletricidade que cada uma delas pode comercializar no mercado.

O déficit em relação à garantia total tem que ser comprado pelos operadores das usinas no mercado de curto prazo, muitas vezes a preços elevados, o que gera uma conta bilionária.

O presidente do Conselho de Administração da CCEE disse que o problema é que muitas hidrelétricas entraram em operação nos últimos anos, enquanto a crise econômica derrubou a demanda em 2015 e 2016, o que não acontecia no Brasil desde 2009.

Ao mesmo tempo, houve ainda um aumento na geração de outras fontes, como renováveis e termelétricas.

"Você tem mais capacidade em hidrelétricas. Por exemplo, Belo Monte está em plena motorização, as usinas do Madeira já estão completamente motorizadas, a usina de Teles Pires também. Então você agregou muita garantia física e o mercado não cresceu tudo aquilo que era esperado. Está sobrando oferta e faltando carga", disse ele à jornalista no intervalo de evento do centro de estudos Instituto Acende Brasil em São Paulo.

No sistema brasileiro, a prioridade é atender à carga com

renováveis e termelétricas "inflexíveis", que têm restrições para ser desligadas.

Segundo Altieri, o consumo baixo faz com que a carga que resta a ser atendida pelas hidrelétricas não seja suficiente para acionar essas usinas à toda carga, o que faz com que elas gerem abaixo da capacidade estimada.

A CCEE estimou que mesmo um cenário otimista para o uso das hidrelétricas em 2018 pode acabar com uma geração dessas usinas equivalente a apenas 91% das garantias físicas.

"Isso prova que é (um déficit) conjuntural. Assim que o mercado voltar a crescer... não sei quando, mas vai normalizar, os reservatórios vão encher. Talvez não seja no curto prazo", apontou.

Impacto - O déficit das hidrelétricas tem gerado forte impacto na liquidação mensal das operações realizadas no mercado de curto prazo de eletricidade.

Como operadores de usinas conseguiram liminares para evitar parte das perdas com o déficit de geração, grande parte dos valores cobrados nas liquidações têm ficado em aberto ao menos desde meados de 2015.

Na liquidação das operações de julho, realizada neste mês, cerca de 70% dos R\$ 4,4 bilhões em transações contabilizadas ficaram em aberto.

Ontem, o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Paulo Pedrosa, disse que o governo pretende incluir em uma medida provisória (MP) que pode ser publicada até o final de outubro algum mecanismo para solucionar o problema com o déficit hídrico.

Segundo Altieri, essa solução deve envolver alguma compensação aos donos das hidrelétricas para que eles desistam da briga judicial - possivelmente por meio da extensão de contratos de concessão das usinas por prazos de entre dois a quatro anos. (Reuters)



Altieri explica que a crise econômica derrubou a demanda em 2015 e 2016

Leilão de energia existente pode ser realizado neste ano

São Paulo - O governo pretende realizar em outubro ou no máximo no início de novembro um leilão em que distribuidoras de eletricidade poderão contratar energia junto a usinas de geração já existentes, disse ontem o presidente da estatal Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Luiz Barroso.

Ele afirmou também que o governo está otimista quanto à demanda para contratar energia junto a novas usinas, ainda a serem construídas, em dois leilões agendados para dezembro, o A-4 e o A-6, que deverão fechar contratos com geradores para suprimento a partir de 2021 e 2023.

Ao falar com jornalistas nos bastidores de um evento em São Paulo, Barroso disse que a ideia do governo é permitir que usinas já existentes que possuem parte ou toda a produção descontratada fechem a venda de energia antes de partir para a contratação de novos empreendimentos.

Ele disse, no entanto, que ações que vêm sendo promovidas pelo governo para acabar com um excesso de energia contratada nos últimos anos estão surtindo efeito e devem garantir a demanda para contratar novos projetos em dezembro.

"A gente tem sinais que acho que são positivos e animadores. Essas ações (de enxugamento da oferta), se conseguimos desempenhá-las dentro da boa técnica, podemos ter um leilão muito bom... o que a gente não controla, que é o crescimento econômico, vem dando um panorama agora um pouquinho melhor", disse Barroso.

Ele citou como exemplos de medidas mecanismos para descontratar usinas que tiveram problemas para sair do papel e a revisão da oferta de energia das hidrelétricas do país, com uma revisão da garantia física das usinas, que é o montante de eletricidade que elas podem vender no mercado.

O presidente da EPE disse ainda que há perspectiva de que ao menos alguns grandes projetos termelétricos contratados nos últimos anos não sejam de fato construídos, o que abriria ainda mais espaço para contratar outros empreendimentos.

"Não consigo dizer um número... O recado principal é que estamos trabalhando dentro da boa técnica para fazer um bom leilão, porque existem formas e mecanismos de fazer, e a gente está otimista", disse. (Reuters)

Governo quer viabilizar térmicas de baixo custo

São Paulo - O governo vai trabalhar para viabilizar contratos entre a Petrobras e usinas termelétricas de baixo custo que atualmente estão paradas, como forma de evitar o acionamento de térmicas mais caras, que teriam impacto maior sobre os custos da energia, disse o diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Luiz Eduardo Barata.

Segundo ele, os esforços deverão se concentrar neste momento em retomar a geração nas termelétricas Araucária, da paranaense Copel; Cuiabá, da Ambar, elétrica da J&F, controladora do grupo de alimentos JBS; e Termonorte II, de um produtor independente de energia.

As duas primeiras usinas utilizam gás natural como combustível, enquanto a TermoNorte II funciona com óleo combustível.

"O governo vai atuar junto à Petrobras para viabilizar o gás para essas termelétricas... é um empenho do governo junto à Petrobras para resolver o problema, principalmente porque essas são usinas mais baratas", disse Barata, ontem, a jornalistas nos bastidores de um evento do setor em São Paulo.

No caso da usina da Ambar, o contrato com a Petrobras foi rescindido pela petroleira após executivos da J&F admitirem prática de corrupção em acordo de delação premiada com o Ministério Público Federal.

Desde então, a Ambar tem tentado recuperar o suprimento com ações judiciais e com uma chamada em busca de novos fornecedores.

Na última terça-feira, o governo realizou reunião extraordinária do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) devido a projeções pessimistas de chuvas nas hidrelétricas nos próximos meses, que geram preocupação com um aumento no custo para atendimento à demanda por eletricidade.

"As condições climáticas estão muito ruins... precisamos conscientizar a população sobre essa condição, para incentivar um consumo consciente. Não vai faltar energia, mas vai ficar mais cara", disse Barata. (Reuters)